

21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 15/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64411.000886/2026-80

2. Descrição da necessidade

A aquisição de combustível diesel S-10 é imprescindível para garantir a continuidade das atividades operacionais da 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

O referido combustível é utilizado no abastecimento de viaturas, máquinas pesadas e equipamentos empregados nas atividades de engenharia, tais como construção, manutenção e recuperação de estradas, obras de infraestrutura e apoio logístico às operações. A utilização do diesel S-10 é necessária por atender às especificações técnicas dos motores mais modernos, além de proporcionar melhor desempenho, maior durabilidade dos equipamentos e menor emissão de poluentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Ressalta-se que a indisponibilidade do combustível comprometeria diretamente a execução das missões institucionais da Companhia, podendo ocasionar paralisação de obras, atrasos no cronograma físico e prejuízos operacionais e administrativos.

Dessa forma, a aquisição do diesel S-10 se mostra essencial para assegurar a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados pela 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção	Cap Albuquerque

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O objeto a ser licitado possui natureza continuada e, conforme a Lei nº 14.133/2021, os contratos dessa espécie podem ter duração de até 5 anos, prorrogáveis sucessivamente até o limite de 10 anos, desde que comprovada pela autoridade competente a vantagem econômica e a manutenção de condições favoráveis à Administração.

4.1.1 O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses. Sua prorrogação é possível com base no Art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, para serviços e fornecimentos contínuos, respeitada a vigência máxima decenal e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração. Outras hipóteses de duração e prorrogação serão observadas conforme a natureza do objeto contratual, em conformidade com o disposto nos Art. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021, e previsão expressa no edital.

4.2 Os bens serão executados conforme descrito abaixo:

4.2.1 O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Fornecimento, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

4.2.2 prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) do recebimento do pedido de fornecimentos acompanhados da referida Nota de Empenho.

4.2.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e a quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- 4.2.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.2.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.2.8 Para a atividade de fornecimento de combustível, a qual se enquadra nos dispositivos legais da Resolução ANP nº 950, de 5 de outubro de 2023, e suas alterações, é mandatório que a contratada apresente a documentação comprobatória que ateste o devido ato de registro ou autorização para o exercício da atividade perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- 4.2.9 Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 14/11/2024: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, Inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 4.2.10 Os horários e dias estipulados para a entrega do produto, serão os seguintes:

LOCAL	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Área Capitão NOBUO OBA, S/N, Bairro: Cachoeirinha, CEP: 69750-000, São Gabriel da Cachoeira - AM	07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min	Segunda-Feira à Quinta-Feira
	07h30min às 12h00min	Sexta-Feira

- Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 4.2.11 O Licitante deverá ser credenciado regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no Art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 4.2.12 Os insumos deverão ser adquiridos de forma parcelada, em acordo com a necessidade da Contratante (NE).
- 4.2.13 Estabelece-se como volume mínimo de fornecimento 5.000 (cinco mil) litros, ou seus múltiplos, considerando que os compartimentos dos caminhões-tanque das distribuidoras são padronizados para esse quantitativo. Tal prática não decorre de exigência legal, mas de critérios de segurança e logística estabelecidos pelas refinarias os quais orientam a não interrupção do processo de carregamento dos caminhões-tanque: o transporte de tanques parcialmente cheios pode gerar movimento da carga líquida (slosh), deslocando o centro de gravidade do veículo e comprometendo estabilidade, dirigibilidade e frenagem, aumentando o risco de acidentes.
- 4.3 Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização e especificações técnicas determinadas pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), em conformidade com os critérios e dispositivos estabelecidos nas Resoluções editadas pelo referido Órgão, como descrito a seguir:
- 4.3.1 Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 807, de 23 de janeiro de 2020.
- 4.3.2 Para o fornecimento do Óleo Diesel S10, deve-se, obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 968, de 30 de abril de 2024 e suas alterações.
- 4.4 No momento do fornecimento, os combustíveis serão submetidos ao controle de qualidade da Unidade, mediante equipamento de teste aprovado pela ANP ou outro órgão regulador. Os combustíveis que não se enquadrarem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável e do fabricante, serão rejeitados, arcando a Contratada com o ônus do fato.
- 4.5 Os materiais necessários para realização dos testes previstos no item anterior são de total responsabilidade da empresa Contratada.
- 4.6 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.
- 4.7 No caso de Exercício da Atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos, as empresas estarão habilitadas a fornecer os produtos mediante a apresentação, junto à Documentação de Habilitação, da autorização outorgada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para essas finalidades, conforme previsto no Art. 3º e 4º da Resolução ANP nº 950, de 05 de outubro de 2023, e observando integralmente os critérios e dispositivos estabelecidos na referida resolução.
- 4.8 A empresa como condição de habilitação, deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o exercício de atividades de distribuição e/ou revenda pertinente ao fornecimento dos combustíveis automotivos, conforme previsto no Art. 4º da Resolução ANP nº 950, de 05 de outubro de 2023.
- 4.9 Obedecer todas as legislações, normas e resoluções da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, assim como suas atualizações e alterações, que estejam em vigor no período da licitação, contratação e fornecimento dos combustíveis licitados, promovendo sempre que ocorrer alteração ou atualizações, as adequações necessárias para o fornecimento de combustíveis sempre dentro dos parâmetros exigidos pela citada agência (ANP).
- 4.10 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto.
- 4.11 Mantenha durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.12 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento do objeto licitado.
- 4.13 **Sustentabilidade:**
- 4.13.1 A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade para o exercício de atividade de

transporte de cargas perigosas e comércio de combustíveis e derivados de petróleo, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia- Geral da União e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 14/11/2024, onde é necessário o Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 23, de 14/11/2024, e legislação correlata. As empresas contratadas deverão em seus processos de produção ou aquisição, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a:

4.13.1.1 Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.13.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.13.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.13.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5. Levantamento de Mercado

Ao realizar consulta em diferentes fontes e analisando contratações similares por parte de outros órgãos e entidades, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades desta Administração, não foram verificadas informações relevantes, que outrora, na fase interna da futura licitação já haviam sido levantadas pelo Setor Requisitante. Em suma, pela própria natureza do objeto a ser contratado não há um grau de complexidade que exija outras providências. Dada a especificidade técnica do(s) objeto(s) deste instrumento, inclusive será desnecessária a realização de audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A definição das rotinas da execução, a frequência e a periodicidade dos serviços:

6.1.1 As execuções dos serviços serão iniciadas por intermédio de um planejamento acordado entre a contratante e a licitante vencedora do certame denominada contratada.

6.1.2 A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade da 21ª Cia E Cnst em suprir a demanda dos serviços da obra a serem executados consoante ao consumo frequente de combustível Diesel S10 utilizado pelo efetivo descentralizado nos Destacamentos a cargo da 21ª Cia E Cnst.

6.2 Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

6.2.1 Os serviços contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IGAM, ANVISA necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização das Prefeituras Municipais de Manoel Urbano-AC e de Santa Rosa de demais órgãos Purus-AC

6.3 Os deveres e disciplinas exigidos:

6.3.1 a CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.3.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.3.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.3.5 comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.3.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.3.8 Não transportar os combustíveis em vagões ou tanques enferrujados ou sujos, pois pode haver contaminação do combustível;

6.3.9 Não transportar os combustíveis no mesmo tanque ou vagão utilizado para transportar outro tipo de combustíveis, sem ter feito uma limpeza prévia no mesmo para não prejudicar a qualidade dos combustíveis;

6.3.10 Evitar contaminação do produto no momento da descarga. Não se deve deixar mangueiras jogadas pelo chão além do tempo necessário;

6.3.11 Adotar cuidados que garantam a segurança durante o carregamento e descarga do produto, como por exemplo, desligar o veículo e acionar o freio de mão;

6.3.12 Fornecer os combustíveis objetos deste contrato de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

6.3.13 Realizar análise dos combustíveis objetos deste contrato sempre que solicitada pela CONTRATANTE. Para isso, a CONTRATADA deverá

/2007, artigo 8º). d.1). Os procedimentos detalhados manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9, de 07/03 para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP. podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência.

6.3.14 Atender prontamente às requisições de abastecimento, sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

6.3.15 Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente contrato, inclusive nos transportes até os diferentes locais de entrega estipulados.

6.3.16 Indicar preposto, informando e mantendo atualizados seu telefone fixo, celular e e-mail de contato.

6.3.17 Providenciar, através de seu preposto, a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE.

6.3.18 Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura mensal, cópia das “Requisições de Abastecimento” relativas ao mês de Competência bem como os comprovantes de abastecimento (cupons).

6.3.19 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualquer alteração que possa comprometer a qualificação exigidas em edital oriundo desta licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, manutenção do presente.

6.3.20 Responsabilizar-se pelos danos materiais ou pessoais causados à CONTRATANTE, quando decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços de mercado, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Instituição reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

6.3.21 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o produto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos veículos que o utilizar.

6.3.22 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição do objeto deste pregão eletrônico, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

6.3.23 Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

6.3.24 Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados.

6.3.25 Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

6.3.26 Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si.

6.3.27 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE.

6.3.28 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

6.3.29 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

6.3.30 Não contratar durante a prestação dos serviços, os servidores pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.

6.3.31 Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

6.3.32 A entrega, manuseio e transporte dos materiais deverá atender as Normas Brasileiras aplicáveis ao armazenamento de petróleo e seus derivados líquidos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

DIESEL: 115.000 litros

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 993.979,50

8.1 A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa nº 65 - SEGES/ME, de 7 de julho de 2021. No entanto, não foram realizadas pesquisas de mercado com fornecedores ou com preços registrados em órgãos, haja vista que a pesquisa foi realizada através da planilha disponibilizada semanalmente no site da ANP com os preços praticados no município estabelecido no item licitado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A lei geral de licitações elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

9.2 Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

9.3 No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser contratados de forma independente, não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos, o que, sem dúvida, restringiria a participação de empresas mais modestas, mas que podem cumprir as respectivas obrigações, desde que haja o devido fracionamento do objeto, em quantas parcelas forem possíveis, conforme se propõe.

9.4 Por isso, em consonância com a legislação retro mencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos insumos que serão contratados, esta equipe optou pelo parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica a esta contratação, pois não há qualquer contratação correlata e/ou interdependente a esta.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não se aplica.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição de combustível diesel S-10 faz-se necessária para garantir a continuidade das atividades operacionais, logísticas e administrativas da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, tendo em vista sua ampla utilização no abastecimento de viaturas, máquinas e equipamentos empregados nas missões institucionais.

12.2 O diesel S-10 apresenta características superiores em relação a outros combustíveis, destacando-se pelo baixo teor de enxofre, o que proporciona uma combustão mais eficiente e limpa. Tal fator contribui diretamente para a melhoria do desempenho dos motores, proporcionando maior eficiência energética, melhor rendimento dos equipamentos e redução no consumo de combustível.

12.3 Adicionalmente, o uso do diesel S-10 reduz significativamente a formação de resíduos e depósitos internos nos motores, diminuindo o desgaste de componentes e, consequentemente, os custos com manutenção preventiva e corretiva. Isso resulta em maior disponibilidade da frota e aumento da vida útil dos equipamentos, fatores essenciais para a execução contínua das atividades da Companhia.

12.4 Outro ponto relevante refere-se à redução dos impactos ambientais, uma vez que o diesel S-10 emite menores quantidades de poluentes, atendendo às normas ambientais vigentes e contribuindo para a sustentabilidade das operações.

12.5 Dessa forma, a aquisição do referido combustível apresenta-se como medida indispensável para assegurar a eficiência operacional, economicidade, durabilidade dos meios empregados e conformidade com a legislação, garantindo o pleno cumprimento das missões atribuídas à 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e foi verificado a necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação, ficando constatado que se faz necessário a elaboração de Termo de Contrato. Sendo assim, se faz necessário a existência de um Fiscal de Contrato capacitado designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Foi realizada uma verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis ao bem a ser adquirido.

14.1.1 Para esta contratação, ficou constatado que o objeto sujeita-se aos seguintes critérios de sustentabilidade.

14.1.2 Ficou comprovado que as especificações de sustentabilidade para o presente objeto da aquisição Não restringem a competição em dado mercado e Preservam o caráter competitivo do certame;

14.1.3 Dentre as recomendações voltadas para os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em sua 5ª Edição. Durante a consulta ao referido guia, foram encontradas recomendações conforme extratos do guia no ANEXO III, para que a presente aquisição, são observados possíveis impactos ambientais, sendo descrito abaixo as respectivas medidas mitigadoras:

14.1.4 As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos também são obrigadas a:

14.1.4.1 elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

14.1.4.2 adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

14.1.4.3 Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos;

14.1.4.4 É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

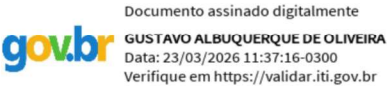
16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



MATHEUS EMANUEL BASILIO DA COSTA

Equipe de apoio



GUSTAVO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

Equipe de apoio